

CURRICULUM VITAE

1. DADOS PESSOAIS

Apelido: Prazeres Pereira
Nome: Maria Antónia

2. HABILITAÇÕES e TÍTULOS ACADÉMICOS

2015 – Especialista em Direito Administrativo
2002 – Mestre em direito
1986 – Licenciada em Direito

3. CARREIRA de ORIGEM

Quadro da Inspecção-Geral de Finanças, desde 1990.

4. DOCÊNCIA

Docência no ensino superior privado de 1992 a 2000, na área do Direito Empresarial e no ensino superior público (ISCAL) desde 2003, no domínio do Direito Administrativo.

5. FORMAÇÃO MINISTRADA

Desde 1992, formadora em múltiplas acções de formação destinadas a licenciados, em áreas diversas como: concursos de pessoal, procedimento administrativo, relação jurídica de emprego na Administração Pública, contratação pública, entre outras.

6. JÚRIS/COMISSÕES

Vogal e Presidente de vários júris de concursos de pessoal dirigente e outros, de Comissões Eleitorais para órgãos do ensino superior, Perita da Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CReSAP) em 2014/2015, e membro de grupos de trabalho em matéria de regime jurídico laboral público.

7. COOPERAÇÃO e CONFERÊNCIAS

Desde 2005, oradora e cooperante em São Tomé e Príncipe, El Salvador, Angola, Bulgária, Moçambique e Portugal.

8. TRABALHOS PUBLICADOS

Desde 1994, vários artigos publicados no âmbito do direito empresarial, do direito público e monografia em 2003 "O direito aos lucros nas sociedades desportivas".

9. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Desde 2007, chefe de equipa na Inspecção-Geral de Finanças. Desempenho de funções de auditoria e apoio técnico em matérias de sistema remuneratório, alterações remuneratórias, prémios de desempenho, mobilidade, trabalho extraordinário, suplementos, concursos de pessoal, procedimentos especiais vários e outras matérias relativas a carreiras e regimes jurídicos de prestação de trabalho nos vários subsectores da Administração Pública.

De 1996 a 2006, dirigente intermédia na então Direção-Geral do Património e no ao tempo Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial do Ministério da Justiça, com chefia de serviços jurídicos e administrativos. Funções no domínio da contratação pública, carreiras, contencioso administrativo, regime laboral e na legislação especial relativa à missão desses serviços.

De 1990 a 1996, inspetora do serviço jurídico da IGF. Emissão de pareceres jurídicos em matéria essencialmente de direito público.